



TERMO DE REFERÊNCIA

SESC UBERLÂNDIA

REFORMA ÁREA ODONTOLÓGICA

INFORMAÇÕES PRINCIPAIS

TIPO Reforma	MODALIDADE: Menor preço global	REGIME DE EXECUÇÃO: regime preço unitário
------------------------	-----------------------------------	---

PRAZOS:	EXECUÇÃO CONTRATUAL	120 DIAS CORRIDOS	A CONTAR: da emissão do Termo de Início
	VIGÊNCIA CONTRATUAL	270 DIAS CORRIDOS	A CONTAR: da assinatura do contrato

ANEXOS TÉCNICOS DISPONIBILIZADOS AOS PROPONENTES:	- Especificações do objeto/ projeto
	- Modelo Proposta de Preço
	- Orçamento Básico
	- Planilha de BDI

ELABORADO POR: DAYANNA REGINA TEÓFILO	DATA: 29/05/2023
--	-------------------------

CONTROLE DE REVISÕES

REVISÃO	DESCRIÇÃO	DATA
00	Emissão inicial	20/06/2023

SUMÁRIO

1.	OBJETO.....	3
2.	REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	3
3.	ORÇAMENTO ESTIMADO.....	3
4.	PRAZOS DE MOBILIZAÇÃO, EXECUÇÃO E VIGÊNCIA	3
5.	SUBCONTRATAÇÃO.....	3
6.	QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.....	3
7.	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	3
8.	GARANTIAS E SEGUROS	4
8.1.	GARANTIA A EXECUÇÃO	4
8.2.	SEGURO DE RISCO DE ENGENHARIA	4
8.3.	SEGURO COLETIVO CONTRA ACIDENTE DE TRABALHO	5
9.	ADITIVOS – ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES	5
10.	REAJUSTE.....	5
11.	CRITÉRIO DE MEDIÇÃO.....	6
12.	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS	6
13.	RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS	7
13.1.	COMUNICAÇÃO DO TÉRMINO DO SERVIÇO.....	7
13.2.	TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO	7
13.3.	TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO	7
14.	VISITA E ESCLARECIMENTOS TÉCNICOS	8
15.	ORIENTAÇÕES GERAIS.....	8

LISTA DE SIGLAS

ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas

APR – Análise Preliminar de Risco

ART – Anotações de Responsabilidade Técnica (CREA)

CAT – Certidão de Acervo Técnico

CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo

CEI – Cadastro Específico do INSS

CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes

CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas

CNO – Cadastro Nacional de Obras

CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia

CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social

DAE – Documento de Arrecadação Estadual

EAP – Estrutura analítica de projeto

EPC – Equipamento de Proteção Coletiva

EPI – Equipamento de Proteção Individual

GFIP – Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social

GRD – Guia de Remessa de Documentos

MD – Memorial Descritivo

NBR – Norma Brasileira Regulamentadora

NR – Norma Regulamentadora

PNE – Portadores de Necessidades Especiais

PCMAT – Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção Civil

PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional

RDO – Relatório Diário de Obras

RRT – Registro de Responsabilidade Técnica (CAU)

SESMT – Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho

SINAPI – Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (CAIXA)

TR – Termo de Referência

CONTEÚDO DOS DOCUMENTOS DE CONTRATAÇÃO

DOCUMENTO	CONTEÚDO
TERMO DE REFERÊNCIA	Informações sobre os parâmetros da contratação (regime de execução, critério de julgamento, qualificações, garantias, subcontratação etc.)
CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES	Especificações do objeto a ser contratado (quais disciplinas e/ou serviços serão contratados especificando materiais e nível de detalhamento necessário).
CADERNO DE PLANEJAMENTO	Informações de planejamento de execução do objeto (documentação de mobilização, cronograma de referência, horário de trabalho, planejamento do canteiro de obra, licenças necessárias etc.)

1. OBJETO

Contratação de empresa para execução **de obra de reforma** da unidade **SESC UBERLÂNDIA**, objetivando a adequação da área Odontológica em atendimento a legislação da Vigilância Sanitária.

A unidade está localizada no endereço: **R. Benjamin Constant, 844 - Nossa Sra. Aparecida, Uberlândia - MG, 38400-678.**

2. REGIME DE EXECUÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

A forma de execução do objeto será indireta através do **regime de preço unitário**.

O critério de julgamento será **pelo menor preço global**, conforme condições previstas neste documento.

3. ORÇAMENTO ESTIMADO

O orçamento estimado para esta contratação é de **R\$ 213.934,20 (duzentos e treze mil, novecentos e trinta e quatro reais e vinte centavos)**.

O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a **90 dias** contados a partir de sua data de apresentação.

Recomendamos que seja utilizada o Modelo de Proposta disponibilizado pelo Sesc em Minas, considerando que a planilha disponibilizada está automatizada de modo a viabilizar o preenchimento dos valores unitários ofertados pela empresa em conformidade com os critérios de aceitabilidade e exequibilidade pertinentes à posterior validação da proposta, atrelados a conformidade das descrições e quantitativos.

Demais condições devem ser observadas nas Condições Contratuais ou Minuta Contratual.

4. PRAZOS DE MOBILIZAÇÃO, EXECUÇÃO E VIGÊNCIA

O prazo de mobilização de contrato é de **30 (trinta)** dias corridos, a contar da data da **reunião de kick off**.

O prazo de execução do objeto é de **120 (cento e vinte)** dias corridos, a contar da data da **emissão do Termo de Início**.

O prazo de vigência do contrato é de **270 (duzentos e setenta)** dias corridos contados a partir da data de assinatura do contrato.

5. SUBCONTRATAÇÃO

Será admitida subcontratação parcial de itens do objeto, desde que os respectivos itens NÃO sejam os itens cuja qualificação técnica foi solicitada e ainda, limitados estes ao percentual máximo de 40% do valor do contrato.

Havendo a necessidade de subcontratação, esta deverá ser autorizada formalmente pela fiscalização do Sesc em Minas, desde que sua viabilidade e vantagem sejam demonstradas.

Para autorização pela Fiscalização, a Contratada deverá comprovar as regularidades fiscais e tributárias, bem como a capacidade técnica de sua(s) pretensa(s) subcontratadas durante a fase de execução do objeto.

Está vedada a subcontratação de empresas que tenham participado do processo licitatório.

6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

Deverá ser comprovado patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

Os demais termos, obrigações e condições referentes a este item devem ser observadas no Edital.

7. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A **Contratada** deverá dispor de equipe técnica adequada para desenvolvimento do objeto, inclusive uma equipe mínima de apoio administrativo. Deverá indicar profissional habilitado e devidamente registrado no CREA e/ou CAU, com formação em engenharia e/ou arquitetura, que será designado coordenador responsável pela execução do objeto.

Este profissional será o elemento de ligação entre a **Contratada** e a **Contratante** durante a execução do contrato. Será o responsável pela execução de todas as atividades desta contratação bem como documentações necessárias ao perfeito entendimento e execução do objeto contratado, mantendo a uniformidade das informações.

O profissional indicado pela proponente para fins de comprovação da Qualificação Técnico Profissional e Responsabilidade Técnica, deverá participar diretamente do desenvolvimento das atividades, em todas as etapas do objeto em questão e conforme carga horária indicada no item de mão de obra indireta do Caderno de Especificações.

Na impossibilidade da participação do referido profissional, a **Contratante** admitirá a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que comprovada nos mesmos termos determinados neste documento. A autorização da substituição deste profissional deverá ser devidamente formalizada entre as partes.

A documentação técnica a ser apresentada é a seguinte:

1. Certidão de registro de **pessoa jurídica** no CREA e/ou CAU, em nome da proponente, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação.
2. Certidão de registro de **pessoa física** no CREA e/ou CAU atualizada, relativa ao(s) profissional(is) responsável pela obra com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação.

O responsável técnico, detentor da Certidão de Registro de Pessoa Física apresentado, deverá demonstrar vínculo com a proponente, mediante apresentação de ato constitutivo e/ou estatuto e/ou contrato social em vigor, e/ou ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente; ou empregado, mediante apresentação do registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho ou através de declaração na qual o profissional autoriza a inclusão de seu nome para fim de participação na concorrência, sendo que esta declaração deverá ser assinada pelo respectivo profissional.

A Contratante poderá solicitar formalmente à Contratada a substituição de membros de sua equipe técnica, assim como o reforço da mesma, , assim como o reforço da mesma, atrelada ao planejamento previsto, a qualquer momento que julgar necessário. O atendimento à solicitação deverá respeitar o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da solicitação formal.

Na fase de mobilização de contrato, a critério da **Contratante**, será exigida e avaliada pelo fiscal do contrato, a experiência da equipe técnica conforme item correspondente no Caderno de Especificações, e de empresas subcontratadas, através dos registros na carteira de trabalho, curriculum profissional, cópia(s) de contrato(s), atestados emitidos por pessoa jurídica, ART/RRTs, declaração(ões) ou outros documentos idôneos que comprove(m) que o profissional possui a experiência mínima exigida, ininterruptas ou não, na prestação de serviços, compatíveis com o objeto ora licitado/contratado. A documentação deverá ser devidamente aprovada pela **Contratante**.

8. GARANTIAS E SEGUROS

8.1. Garantia a execução

A **Contratada** deverá apresentar ao **Contratante**, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da reunião de kick off, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 10% (dez por cento) do valor total do Contrato, podendo optar por:

- I. caução em dinheiro;
- II. fiança bancária;
- III. seguro garantia.

A garantia apresentada deverá assegurar o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do descumprimento total ou parcial do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos de qualquer natureza causados ao **Contratante** pela **Contratada**, seus empregados ou prepostos;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Sesc em Minas à **Contratada**;
- d) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não honradas pela **Contratada**.

8.2. Seguro de risco de engenharia

A **Contratada** deverá apresentar ao **Contratante**, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da data da reunião de kick off, Seguro de Riscos de Engenharia, ou, no mínimo, seu protocolo de solicitação junto à seguradora, com validade até a data final de vigência do Contrato. O Seguro deve ter as seguintes coberturas:

- a) Obras civis em construção, cobrindo 100% do valor total do Contrato;
- b) Responsabilidade civil geral, cobrindo 5% do valor total do Contrato;
- c) Responsabilidade civil cruzada, cobrindo 5% do valor total do Contrato;

8.3. Seguro coletivo contra acidente de trabalho

A **Contratada** deverá apresentar ao **Contratante**, no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da data da reunião de kick off, Seguro Coletivo Contra Acidente de Trabalho em vigor, devendo a **Contratada** manter ininterrupta sua vigência até a data final de vigência do Contrato, realizando todas as renovações necessárias neste período, contendo as coberturas básicas de morte, invalidez e coberturas adicionais de despesas médicas e hospitalares, sem prejuízo do seguro obrigatório contra acidentes de trabalho previsto no art. 7º, XXVIII, da Constituição Federal, e regulado pelas Leis nº 8.212/91 e 8.213/91.

O Seguro Coletivo Contra Acidente de Trabalho deve ter as seguintes coberturas:

- a) Morte e invalidez do segurado;
- b) Despesas médicas e hospitalares.

9. ADITIVOS – ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

Para elaboração de aditivos de inclusão de itens não previstos na planilha orçamentária, deverão ser considerados os seguintes critérios:

a) Itens existentes na tabela Sinapi

- Será pesquisado o valor do serviço mais apropriado, obtido a partir da tabela Sinapi, extraído do relatório na respectiva data base prevista na cláusula de reajuste do contrato;
- Se necessário, serão realizados ajustes nas composições do Sinapi para adequar o serviço às particularidades executivas da obra;
- Sobre o valor do Sinapi incidirá o percentual do BDI do orçamento básico de referência;
- Será aplicado o fator de desconto apresentado pela proponente em relação ao orçamento referência.

b) Itens não existentes na tabela Sinapi, que serão pesquisados em outros sistemas referenciais ou orçados com composição própria

- A instituição utilizará a composição do sistema de referência, realizando os ajustes pertinentes e substituindo os preços dos insumos por aqueles existentes no Sinapi. Para os insumos novos, não existentes no Sinapi, a ordem de elaboração será pela busca em outros sistemas referenciais e no banco de preços governamental, adotando-se o menor preço. Para os insumos que não forem encontrados no banco de preços, haverá pesquisa de mercado, adotando-se o menor preço para obtenção do preço final;
- A composição deverá ser elaborada na respectiva data base prevista na cláusula de reajuste.;
- No caso da adoção de insumos cotados no mercado, o valor será deflacionado até a respectiva data base prevista na cláusula de reajuste do contrato;
- data-base do orçamento ou último reajuste, pelo índice de reajuste contratual;
- Sobre o valor da etapa anterior incidirá o percentual do BDI do orçamento básico de referência;
- Será aplicado o fator de desconto apresentado pela proponente em relação ao orçamento referência.

c) Itens de serviços que não se enquadrarem nos itens acima, para os quais não são encontradas equivalência de insumo e/ou composição nos sistemas de referência de preços serão pesquisados no mercado

- A instituição realizará pesquisa de mercado com o máximo possível de prestadores de serviço, adotando-se o menor preço para obtenção do preço final;
- O valor obtido será deflacionado pelo índice de reajuste contratual na respectiva data base prevista na cláusula de reajuste.
- Sobre o valor da etapa anterior incidirá o percentual do BDI do orçamento básico de referência;
- Será aplicado o fator de desconto apresentado pela proponente em relação ao orçamento referência.

10. REAJUSTE

Os preços deste Contrato poderão ser reajustados por acordo entre as Partes, tendo como limite máximo a variação do Índice Nacional de Custo da Construção da Fundação Getúlio Vargas - FGV (INCC-DI), ou no caso de sua extinção por outro indexador que venha a substituí-lo, devendo ser observado o período mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir da data base do orçamento.

O reajuste só pode ser aplicado ao saldo remanescente do contrato, considerando o cronograma de entregas previsto. Os itens que não foram entregues, por atrasos gerados pela **Contratada**, não podem ser reajustados.

11. CRITÉRIO DE MEDIÇÃO

O critério de medição dos serviços está detalhado ao final da descrição de cada serviço no Caderno de Especificações fornecido pela **Contratante**.

Os pagamentos serão realizados mediante emissão de nota fiscal conforme medição mensal dos serviços efetivamente prestados e aprovados pela fiscalização no mês de referência e de acordo com o critério de medição definido no Caderno de Especificações.

Para medição, a **Contratada** encaminhará à **Fiscalização**:

- a) A planilha com a medição dos serviços executados, aprovados pela fiscalização e de acordo com o critério de medição definido;
- b) Memórias de cálculo.

Cronograma físico financeiro atualizado;

- c) Relatório periódico de execução;
- d) Histograma de mão de obra, material e equipamento, quando aplicável.
- e) Certidões de regularidade (federal, estadual, municipal, FGTS, INSS);
- f) Documentos comprobatórios das obrigações trabalhistas, por amostragem, caso demandado pela fiscalização.
- g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.
- h) GFIP da CONTRATADA.
- a) MTR- Manuseio e Transporte de Resíduos, quando pertinente,
- b) Controles tecnológicos de concreto;
- c) Demais documentos específicos afins ao cumprimento do objeto no período, por venturas pendentes no ato da medição (pagamento de parcela atualização de seguros, garantia, ART's/TRT's/RRT's, etc.)

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

É vedado aos contratados descumprir total ou parcialmente as obrigações contratuais assumidas, considerando-se descumprimento contratual, dentre outras, as seguintes condutas:

- I - Não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obras, previstas em contrato ou em instrumento equivalente e no termo de referência ou memorial descritivo;
- II - Atraso no fornecimento de bens, na prestação de serviços ou na execução de obra ou de suas etapas;
- III - Paralisação de obra, serviço ou fornecimento de bens sem autorização Sesc em Minas;
- IV - Entrega de mercadoria falsificada, furtada, roubada, receptada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso;
- V - Alteração de substância, qualidade ou quantidade dos produtos fornecidos;
- VI - Prestação de serviço de qualidade inferior ao pactuado;
- VII – Recusa injustificada do contratado em assinar o contrato ou documento equivalente, e/ou de receber o Pedido ao Fornecedor;

No caso de descumprimento, pela CONTRATADA, dos prazos previstos neste Contrato, em seus anexos ou nos demais documentos e cronogramas formalizados ao longo da vigência contratual, será aplicável multa moratória calculada no percentual de 0,33% (trinta e três décimos por cento) ao dia, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor da etapa relacionada ao marco de aplicação de sanção (serviço/evento/material/equipamento) onde apurado atraso na entrega prevista, conforme datas ou percentuais acumulados e destacadas em cronograma executivo, aprovado pela fiscalização, com base no cronograma básico previsto no Caderno de Planejamento ou documento distinto, anexo ao Edital.

Os marcos de sanções que constam devidamente representados no cronograma básico da contratação para execução do objeto serão a referência utilizada no cronograma executivo, elaborado pela contratada na fase de mobilização do contrato, a ser validado pela FISCALIZAÇÃO até a primeira medição. Contudo, com base na necessidade de alteração do

planejamento em nível básico e, desde que devidamente aprovado pela FISCALIZAÇÃO, os marcos de aplicação de sanção poderão ser alterados visando a regular execução e mitigação dos riscos na entrega das etapas do objeto.

Configurado o atraso e a limitação da aplicação da multa moratória, o respectivo valor será descontado diretamente no próximo pagamento formalizado, independente da aplicação das demais multas e condições, conforme previsto em contrato.

13. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

13.1. Comunicação do término do serviço

Tendo sido executados integralmente os serviços que compõem o objeto do contrato e estando este, em condições de ser recebido, inclusive com resolução das pendências porventura formalizadas pela fiscalização em check list's elaborados ao longo da execução contratual, e com a entrega de todos os projetos e documentos correlatos ao objeto, a **Contratada** deverá comunicar à **Fiscalização** a conclusão da execução do objeto, por escrito e dentro do prazo de execução contratual, a fim de que seja realizada vistoria para fins de recebimento definitivo provisório/ definitivo.

A emissão da comunicação acima referida fora do prazo de execução contratual caracterizará atraso, sujeitando a **Contratada** às penalidades cabíveis previstas em contrato.

A **Fiscalização** só aceitará os serviços que estiverem de acordo com as especificações técnicas e demais definições constantes no Termo de Referência e seus anexos. Os serviços que não reunirem tais condições serão rejeitados, cabendo à **Contratada** todos os ônus da rejeição, inclusive quanto a prazos e despesas para sua correção, dentro do prazo de execução do contrato. Não será admitido o recebimento provisório/ definitivo de serviço inconcluso.

13.2. Termo de Recebimento Provisório

Constatada a condição de conclusão do objeto através de vistoria pela Fiscalização, o Termo de Recebimento Provisório será emitido por esta fiscalização em até 15 (quinze) dias corridos após a comunicação por escrito da **Contratada**, informando sobre a conclusão do objeto do contrato.

Nos casos de contratação de projeto, o Termo de Recebimento Provisório poderá não ser emitido, cabendo a emissão direta do Termo de Recebimento Definitivo em até 30 (trinta) corridos após a comunicação por escrito da **Contratada** sobre a conclusão do objeto, e desde que o a conclusão do objeto tenha sido aprovada pela **Fiscalização**.

Em caso de constatação local da não finalização dos serviços e da existência de parcelas dos serviços ainda não executadas/fornecidas, não será reconhecido efeito à comunicação referida acima, o que implicará na não emissão do Termo de Recebimento e na caracterização de atraso caso ultrapassado o prazo de execução contratual.

Para o Termo de Recebimento Provisório, é imprescindível a apresentação dos documentos e atendimento aos itens destacados abaixo:

- a) Completa execução e conclusão dos serviços objeto do contrato;
- b) "Data Book" da obra, elaborado pelo responsável por sua execução, inclusive "as built", quando aplicável;
- c) Comprovação das ligações definitivas de energia e água, quando aplicável;
- e) Carta "habite-se", emitida pela prefeitura, quando aplicável;
- f) Baixa das responsabilidades técnicas e da CEI (Cadastro Específico do INSS), quando aplicável;

Todos os Termos de Recebimento deverão ser circunstanciados, emitidos em 2 (duas) vias de igual teor e assinado por ambas as partes.

13.3. Termo de Recebimento Definitivo

Até o final do prazo máximo de 90 dias da emissão do Termo de Recebimento Provisório, será observado o funcionamento e produtividade dos equipamentos e/ou instalações e realizada vistoria por fiscal do Sesc em Minas, distinto do fiscal titular deste Contrato com vista a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

Caso sejam constatadas novas pendências, será elaborado relatório específico das pendências identificadas e encaminhado através de notificação à empresa **Contratada**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados a partir da Vistoria, a fim de que sejam comunicadas e programadas a execução das correções necessárias, dentro do prazo definido pela **Fiscalização** no respectivo instrumento.

O não retorno com a programação da solução das correções apontadas, no prazo constante da notificação, caracterizará descumprimento contratual decorrente de atrasos relacionados ao pleno atendimento às especificações e qualidade contratadas, ficando a **Contratada** sujeita a aplicação das sanções cabíveis.

Será exigido da **Contratada** a reparação dos vícios verificados dentro do prazo de garantia da obra, tendo o direito assegurado à Administração pelo art. 618 da Lei 10.406/2002 (Código Civil), c/c o art. 69 da Lei nº 8.666/93 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

As garantias deverão ser verificadas tendo como referência o Manual de Garantias do Sinduscon-MG, disponibilizado pela **Contratante** à **Contratada** antes da emissão do Termo de Início, bem como, o respectivo Databook (*quando aplicável*) elaborado pela **Contratada**.

Sanadas as pendências e após nova comunicação escrita da **Contratada**, será efetuada Vistoria Final objetivando a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, em até 10 dias contatos da comunicação da **Contratada**.

Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, dar-se-á prosseguimento a restituição da garantia, em caso da modalidade caução. As demais garantias, expiram com o término do prazo de vigência.

Todos os Termos de Recebimento deverão ser circunstanciados, emitidos em 2 (duas) vias de igual teor e assinado por ambas as partes.

14. VISITA E ESCLARECIMENTOS TÉCNICOS

É facultativa a visita ao local para análise e melhor compreensão dos serviços, verificação das condições atuais da área e inclusive casos omissos em projetos e planilha de especificações e quantitativos.

A **Contratada** não poderá alegar, sob qualquer pretexto, que desconhecia as condições físicas bem como o regime de trabalho do local em que os serviços contratados serão executados.

A visita poderá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 17:00h. A empresa deverá agendar previamente a visita com o **Sesc em Minas**.

Para esclarecimentos de dúvidas técnicas e agendamento da visita, os contatos abaixo encontram-se a disposição:

comunicacaogcen@sescmg.com.br – (31) 3279 1405/ 1472

Para envio de e-mail, identificar no campo assunto, o objeto e o município a que se refere a solicitação.

Quaisquer dúvidas de ordem técnica porventura observadas no local deverão ser encaminhadas à Comissão Permanente de Licitação, seguindo as orientações presentes no edital.

15. ORIENTAÇÕES GERAIS

À **Contratada** é implicada a total e completa responsabilidade por todo e qualquer serviço e fornecimento, próprio ou de terceiros, que sejam necessários à completa e perfeita execução do objeto contratado.

O objeto poderá contemplar a execução de todos os itens apontados na descrição do objeto ou parte deles, sendo os critérios de supressão e adição, estabelecidos em conformidade com o estabelecido na resolução nº 1.252/212 do Sesc.

Todos os documentos (projetos, especificações técnicas, planilha orçamentária e memorial descritivo) disponibilizados pela **Contratante**, são partes integrantes, junto a este Termo de Referência, do contrato de serviço e devem ser analisadas e conferidas, não sendo aceitas reivindicações posteriores à assinatura do Contrato.

Nenhuma alteração se fará em qualquer especificação ou projeto, sem autorização da fiscalização da Contratante. A autorização só terá validade quando formalizada por escrito.

Todos e quaisquer serviços ou atividades necessárias para realização do objeto desta contratação deverão ser previstas em proposta, sendo de única e exclusiva responsabilidade da Contratada.

A escala de trabalho a ser desenvolvida será de inteira responsabilidade da Contratada, os custos com trabalhos em horários extraordinários (sábados, domingos, feriados e períodos noturnos) decorrentes deverão estar incluídos na proposta, para que sejam mantidos o prazo e valor contratual.

Durante a execução dos serviços, as dúvidas técnicas, porventura observadas, deverão ser dirigidas à fiscalização, para os esclarecimentos que se fizerem necessários. Apenas as orientações desta fiscalização terão validade durante a execução dos serviços contratados.

Todos os documentos são complementares entre si constituindo juntamente com os projetos e detalhes, peça única. Assim, qualquer menção formulada em um documento e omitida nos outros, será considerada como especificada e válida, para efeito da composição do preço global dos serviços.

A Contratada é responsável por atentar e cumprir as condições previstas em edital e seus anexos, independente de quaisquer omissões ou erros por ventura identificados, quanto a comunicação, esclarecimentos e conteúdo dos documentos disponibilizados ao longo da contratação ou execução do contrato, pela comissão de licitação e fiscalização do contrato.

As entregas de impressões de cópias destinadas à análise, aprovação e registro nos diversos órgãos e para o Sesc em Minas, inclusive seus custos, serão de responsabilidade da Contratada, não havendo qualquer tipo de reembolso pelo Sesc em Minas.

As normas técnicas internas do Sesc em Minas serão fornecidas pela Engenharia em momento oportuno, após assinatura do contrato.

Os projetos técnicos referentes ao respectivo objeto, conforme listado abaixo, serão disponibilizados às proponentes, para fins de análise do escopo e custos previstos.

	DISCIPLINA	Nº FORMATOS
1	Projeto de arquitetura:	5
3	Projeto instalações elétricas:	1
4	Projeto de estrutura de concreto (fundações, estrutura):	1
6	Projeto hidráulico e sanitário:	3
13	Projeto de impermeabilização	1
	TOTAL	11

A empresa **Contratada** deverá entregar um relatório da situação atual dos espaços a serem reformados, bem como do local que será instalado o canteiro de obra.